

## Comunicação Diplomática e Predação Marítima: o saque à embarcação dos Ximenes d'Aragão nas correspondências entre a Inglaterra e a Toscana durante os conflitos anglo-hispânicos (1595–1596)

Diplomatic Communication and Maritime Predation: The Seizure of Ximenes d'Aragão's Ship in the Correspondence Between England and Tuscany During the Anglo-Spanish Wars (1595–1596)

Maria Eduarda de Medeiros Brandão

Doutoranda em História

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

mebrandao97@gmail.com

Recebido: 30/09/2025

Aprovado: 21/02/2026

**Resumo:** Corsários ingleses capturaram um navio na rota Lisboa-Livorno em 1595, resultando em negociações diplomáticas entre o Grão-Duque da Toscana e a Coroa Inglesa. O primeiro requeria um salvo-conduto e a restituição da carga, enquanto a rainha Elizabeth I alegava que os proprietários, os Ximenes d'Aragão, eram súditos da Espanha – portanto, alvos legítimos no conflito contra a União Ibérica. Assim, o artigo desenvolve um estudo de caso sobre esse episódio, com foco na comunicação diplomática entre Inglaterra e Toscana, a partir de cartas consultadas em coleções impressas e repositórios digitais, como o *Medici Archive Project* e o *British History Online*. Esse artigo integra o debate sobre a gestão de conflitos marítimos na modernidade e os resultados colaboram demonstrando como a diplomacia poderia ser usada para reaver perdas e reduzir os riscos da predação marítima, indicando que a posição geopolítica da Toscana contribuiu para mitigar os riscos de navegação dos Ximenes e negociar compensações por danos, embora descortine também suas limitações.

**Palavras-chave:** Comunicação Diplomática; Predação Marítima; Ximenes de Aragão.

**Abstract:** In 1595, English privateers seized a vessel on the Lisbon–Livorno route, leading to diplomatic negotiations between the Grand Duke of Tuscany and the English Crown. The former petitioned for a safe-conduct and the restitution of the cargo, while Queen Elizabeth I claimed that the owners, the Ximenes d'Aragão, were subjects of Spain—and therefore legitimate targets in the conflict against the Iberian Union. This article develops a case study of this episode, concentrating on the dynamics of diplomatic correspondence between England and Tuscany, drawing on letters preserved in printed compilations and digital resources such as the *Medici Archive Project* and *British*

*History Online.* This article contributes to the debate on the management of maritime conflicts in the early modern period, showing how diplomacy could be employed to recover losses and reduce the risks of maritime predation, while also indicating that Tuscany's geopolitical position helped mitigate the Ximenes' navigation risks and negotiate compensation for damages, though it also reveals its limitations.

**Keywords:** Diplomatic Communication; Maritime Predation; Ximenes of Aragão.

No período elisabetano (1558–1603), as relações exteriores eram normalmente conduzidas em latim e francês, embora o italiano fosse utilizado em situações específicas, como se representasse um “território neutro” no diálogo com corpos políticos estrangeiros (Bajetta, 2017, p. 54). Essas práticas estiveram relacionadas não somente às contribuições do Renascimento para o desenvolvimento da diplomacia moderna — como instrumento de negociação, coleta de informações, representação e comunicação (Lazzarini, 2015, p. 1–4) —, mas também à posição geopolítica de alguns dos poderes italianos, no cenário europeu. Fragmentadas em diferentes entidades políticas, determinadas cidades-estado italianas se tornaram ativas na mediação de disputas entre reinos e outras autoridades externas. Isso se devia às tramas de alianças e vassalagens que mantinham além da península, especialmente com a Monarquia Hispânica, frequentemente envolvida em tensões. Nesse sentido, para preservar a estabilidade da Península Itálica e garantir a autonomia de suas estruturas internas, espaços como Veneza e a Toscana passaram a atuar no equilíbrio de forças na Europa. Essa postura incluía contrabalançar a influência hispânica ao manter relações de cordialidade com seus domínios, ao mesmo tempo em que negociavam com seus inimigos, de acordo com seus próprios interesses (Calzetta, 2023, p. 25–27).

Essas dinâmicas estiveram presentes na guerra naval entre a Monarquia Hispânica e a Inglaterra (1585–1604), motivada por disputas religiosas, pelo apoio inglês à insurreição nos Países Baixos e expedições corsárias elisabetanas nos mares ibéricos. Embora o Grão-Ducado da Toscana fosse uma entidade política relativamente recente, formada em 1569 e dependente da Monarquia Hispânica para sua legitimidade (Contini, 2000, p. 62), manteve relações com a Inglaterra, sustentadas por uma rede de agentes capazes de coletar informações e conduzir negociações, atravessando diferentes fronteiras políticas. Por meio desses canais de comunicação e espionagem, os ingleses obtinham inteligência sobre as movimentações ibéricas fornecidas por esses representantes. Essas

práticas aproximaram o Grão-Ducado de uma posição de neutralidade geopolítica<sup>1</sup>, permitindo à Toscana obter o apoio inglês e neerlandês em empreendimentos ultramarinos que, em alguns casos, exigiam contornar os privilégios ibéricos. Essa postura também favoreceu a atração de mercadores dessas três origens para uma de suas principais iniciativas: a abertura comercial do porto de Livorno (Brege, 2021, p. 31–32; 89; Calzetta, 2023, p. 102–105).

Apesar da Toscana manter uma embaixada em Madrid e negociar com a Inglaterra para proteger os navios estrangeiros direcionados ao seu território durante a guerra, a presença dessas casas mercantis em Livorno estava principalmente relacionada às políticas de fomento ao porto, que incentivavam investimentos desses grupos ao conceder benefícios fiscais e privilégios religiosos (Tazzara, 2017, p. 29; Trivellato, 2020, p. 27). Diante das liberdades oferecidas às pessoas de ascendência judaica, essas medidas atraíram segmentos sociais como os cristãos-novos, que encontraram, nesse contexto, oportunidades de recorrer ao Grão-Duque Ferdinando I de Medici para interceder em diferentes esferas — seja solicitando salvo-condutos às autoridades ibéricas, seja negociando com o Santo Ofício em Roma, em casos de heresia (Novoa, 2016, p. 127–134). Entre essas famílias, destacam-se os Ximenes d’Aragão, um dos consórcios mercantis mais influentes em Portugal e na Espanha, que, ao se estabelecerem na região, usufruíram dessa posição de neutralidade e acionaram os canais de comunicação entre a Toscana e a Inglaterra para reforçar a segurança de seus negócios, diante dos riscos que o cenário de conflitos impunha à circulação de navios e representantes.

Embora as relações geopolíticas que possibilitavam essa estrutura comunicativa tenham favorecido os Ximenes em certos momentos, seus limites se tornam evidentes nas correspondências sobre o *Gatto di Mare*, navio mercantil do grupo que, em 1595, foi capturado por corsários ingleses enquanto transportava mercadorias de Lisboa para Livorno. Representando os interesses dessa casa, o Grão-Duque buscou conter os prejuízos ao mobilizar seus agentes na Inglaterra para angariar informações, obter apoio político e solicitar à Coroa Inglesa um salvo-conduto geral para a família, assim como a restituição dos bens saqueados. Apesar desses esforços, o direito de pilhagem à embarcação foi reafirmado, com a Rainha Elizabeth I alegando que os Ximenes estavam entre os

---

<sup>1</sup> Entende-se a neutralidade geopolítica como um fenômeno presente desde a Antiguidade, cujos significados variam conforme os diferentes contextos, assim como as formas nas quais os Estados a empregam. Entre 1500 e 1650, os conflitos marítimos envolvendo a neutralidade das navegações e do alto-mar, assumiram um papel central nas disputas entre os poderes (Müller, 2019, p. 4–5; 18). Durante esse período, a Toscana adotou uma série de estratégias diplomáticas e jurídicas, ou “práticas de neutralização”, para se manter à parte dos conflitos entre diferentes potências (Calzetta, 2023, p. 175–176).

principais financiadores da Armada Hispânica, que tentou invadir a Inglaterra em 1588 (Bajetta, 2017, p. 209–217).

Ainda que estudos recentes tenham abordado o saque ao *Gatto di Mare*, suas atenções se concentraram em aprofundar o entendimento das relações entre o Grão-Ducado da Toscana e os cristãos-novos portugueses, com ênfase em temas como a mobilidade social desses grupos (Mateus, 2015, p. 103) e o processo de naturalização na região, como súditos de Ferdinando I de Medici (Calzetta, 2023, p. 187–192). Seguindo outra perspectiva, acredita-se que o enfoque na comunicação anglo-toscana relacionada ao caso oferece contribuições relevantes para a compreensão de como a diplomacia e a neutralidade geopolítica poderiam contribuir para a redução de riscos e a restituição de prejuízos causados pela predação marítima às casas mercantis<sup>2</sup>, destacando as possibilidades e as limitações das negociações entre corpos políticos estrangeiros no fortalecimento da segurança no comércio de longa-distância<sup>3</sup>. Assim, esta proposta busca dialogar com perspectivas que se concentram sobre as estratégias políticas, militares e jurídicas adotadas pelos Impérios e agentes na resolução de disputas decorrentes dos conflitos marítimos, questionando o quão eficazes eram essas iniciativas, a forma como as vítimas buscavam restituições, o papel das instituições e entidades políticas, assim como as negociações que ultrapassavam os limites jurisdicionais dos territórios (Sicking; Wijffels, 2020, p. 4–5).

Diante dessas considerações, intenciona-se realizar um estudo de caso sobre o saque à embarcação dos Ximenes, por meio das comunicações entre o Grão-Duque Ferdinando I de Médici, seus agentes na Inglaterra e a Coroa de Elizabeth I. Para alcançar esse objetivo, foram utilizadas

---

<sup>2</sup> Entende-se predação marítima como um termo amplo para se referir a ações como ataques de piratas a navios em alto mar, assaltos a embarcações em águas sob jurisdição estatal, incursões e pilhagens costeiras, assim como práticas de corso e apreensão de presas autorizadas por um Estado, em tempos de guerra ou de paz (Araújo; Queiroz; Sartoretto, 2024, p. 413). Adota-se essa noção, devido à tênue distinção entre corso e pirataria, cuja legalidade era frequentemente avaliada a partir de interpretações jurídicas conflitantes. Nesse contexto, tornou-se comum rotular como “piratas” agentes envolvidos em diferentes formas de predação marítima, que variavam desde práticas corsárias passíveis de defesa judicial a atos considerados criminais, no âmbito das disputas imperiais marítimas (Benton, 2010, p. 113; Hanna, 2015, p. 6). Embora os Estados buscassem estabelecer distinções claras entre corso e pirataria para legitimar a própria predação e desqualificar a dos rivais, tanto na legislação quanto na percepção popular, as definições de pirataria estavam ligadas a um campo do direito internacional ainda em formação. Nesse contexto, marcado por interesses imperiais conflitantes, a formulação de uma definição universal mostrava-se especialmente complexa. Diante da variedade de práticas classificadas como pirataria e da ausência de consenso à época, um dos principais desafios enfrentados pelos estudiosos é, justamente, defini-la. (Wilson; Kwan; Coakley, 2024, p. 12)

<sup>3</sup> Essa proposta se baseia nas noções de Douglas North (1993, p. 3–5; 125–127), acerca de como as instituições e organizações políticas, sociais e afins, influenciam a economia ao impactar os custos de transação e produção. Entre essas instituições, destacam-se mecanismos desenvolvidos para lidar com riscos e incertezas econômicas, como os contratos de seguro marítimo, a diversificação de investimentos e a adoção de práticas notariais em contratos.

compilações impressas que reúnem correspondências diplomáticas entre instituições e agentes, como *Elizabeth I's Italian Letters* (Bajetta, 2017), além de registros da comunicação política interna das secretarias elisabetanas, acessados por meio de documentos avulsos presentes na coleção *Calendars of State Papers*. Parte dessa documentação também está disponível em formato digital, por meio de bases de dados como a *Medici Interactive Archive* (MIA), do *Medici Archive Project*, e a *British History Online*. Esses esforços se dedicam a responder ao seguinte questionamento: quais foram os efeitos das negociações diplomáticas e da posição geopolítica da Toscana na redução dos riscos de navegação dos Ximenes d'Aragão e na compensação dos danos causados pela pilhagem?

### **Redes de comunicação anglo-toscanas: agentes de diplomacia e inteligência nas guerras entre a Inglaterra e a Monarquia Hispânica (1585 – 1604)**

Os canais de comunicação diplomática na Europa do século XVI eram formados por redes de agentes capazes de conduzir negociações e circular informações, contando com diferentes níveis de autonomia nas relações exteriores (Lazzarini, 2015, p. 11–13). Para tanto, as práticas de angariar e transmitir inteligência, assim como a representação de interesses diplomáticos, não se restringiam a embaixadores e outros interlocutores formais. Mais precisamente, o funcionamento desse circuito também dependia de uma malha informal, incorporando diversos grupos sociais às teias de informantes e procuradores externos às instituições oficiais (Vivo, 2007, p. 70–80). No caso da diplomacia elisabetana, enquanto oficiais das Secretarias de Estado eram os principais mobilizados para finalidades diplomáticas, mercadores, acadêmicos e outros agentes também participavam na disseminação de informações, conhecimento e notícias. Não obstante, independente da oficialidade com a qual esses atores eram engajados, suas participações ocorriam principalmente através de cartas, com os canais diplomáticos ingleses, tornando-se um circuito de comunicação escrita (Williamson, 2021, p. 19–47).

Agentes externos à Secretaria de Estado foram engajados, por exemplo, na comunicação com o Grão-Ducado da Toscana – cuja presença diplomática residente só foi estabelecida na Inglaterra, no início do século seguinte. Até então, as relações anglo-toscanas vinham sendo conduzidas por comerciantes, artistas, cortesãos e outros intermediários, integrados à rede de comunicação e inteligência dos Medici, que atravessava fronteiras políticas, religiosas e culturais por todo o continente (Contini, 2000, p. 89–93).

Ainda que não exclusivamente, muitos dos envolvidos nessa rede pertenciam à aristocracia florentina — nomeadamente, os patrícios —, que viam nesses serviços uma forma de ampliar não somente seu prestígio, mas também, suas relações de patrocínio político e cultural (Goudriaan, 2017, p. 8; 42–45). Essa camada, em específico, integrava o corpo diplomático do Grão-Ducado na Espanha, onde, diferentemente da Inglaterra, a Toscana contava com embaixadores residentes, encarregados de transmitir notícias, reunir informações e representar diplomaticamente esses interesses nas negociações com a Monarquia Hispânica (Volpini, 2017, p. 87–89). A diferença no histórico de representações, esteve associada aos laços desenvolvidos ao longo dos séculos. Toscanos e ingleses, por exemplo, mantinham trocas comerciais baseadas em produtos do Mediterrâneo e promoviam a circulação amigável de artistas e cortesãos (Calzetta, 2023, p. 84). Por sua vez, os Habsburgo, à frente da Monarquia Hispânica, estiveram envolvidos na própria legitimação do poder político dos Medici na Toscana, por meio de acordos com o Papado, estabelecidos no contexto das disputas territoriais da Península Itálica. Como resultado desses processos, a Toscana deixou de ser uma República e se tornou um Grão-Ducado em 1569, com os Medici à frente dessa nova configuração (Volpini, 2017, p. 11–12).

Eventualmente, Portugal também integrou essas relações, após sua incorporação à Monarquia Hispânica em 1580, momento em que os vínculos entre esse reino e a Toscana passaram a ser mediados pela Espanha. No entanto, ambas as partes já mantinham um longo histórico de relações comerciais e diplomáticas, refletido no costume dos portugueses de enviar emissários italianos para conduzir negociações mais delicadas no exterior (Alessandrini, 2009, p. 178). Essas práticas ficam evidentes na atuação do florentino Francesco Giral di, que representou Portugal na Inglaterra e na França, mantendo comunicação constante com o Grão-Duque da Toscana em ambas as missões (idem, p. 187–193). Durante sua atuação como emissário português, destacam-se negociações com os ingleses sobre apreensões realizadas por corsários, com a proposta de que os casos de restituição de bens apreendidos irregularmente fossem julgados por tribunais compostos por representantes de ambos os reinos (1576–77)<sup>4</sup>. Além de suas funções diplomáticas na Europa, Francesco Giral di mostrava-se promissor como elo entre a Toscana e o Atlântico. Filho de Luca Giral di — banqueiro estabelecido em Lisboa, capitão donatário e senhor de engenho em Ilhéus — foi nomeado Governador-geral do Brasil, recebendo o regimento em 1588, embora tenha falecido antes de assumir o cargo. Antes disso, recebeu uma carta

---

<sup>4</sup>507. *Letters patent by the Queen*; 508. *Rough draft of the treaty arranged by Walsingham and Giral di*; 509. *Agreement by the Ambassador of the King of Portugal*. [c. Outubro de 1576]. In: (Butler; Crawford, 1913).

do Grão-Duque da Toscana, que o parabenizava pela nomeação, solicitando que mantivesse contato e enviasse sementes e curiosidades da colônia<sup>5</sup>.

Entretanto, o envio de emissários italianos para intermediar situações delicadas no exterior não era uma prática única de Portugal, com a Monarquia Hispânica recorrendo às mesmas medidas. Casos como esse podem ser observados durante a insurreição das Províncias Unidas (1568–1648), quando ataques marítimos ingleses contra navios que transportavam recursos para o Exército de Flandres resultaram em confiscos e embargos às mercadorias e navegações da Inglaterra para Antuérpia, afetando não só as camadas mercantis elisabetanas, mas também seus parceiros, como as casas comerciais italianas (Ramsay, 1973, p. 35).

Com o objetivo de contestar as apreensões marítimas e negociar os embargos na Antuérpia, a Monarquia Hispânica enviou o Mestre de Campo das tropas toscanas a serviço do Exército de Flandres, após seu corpo diplomático na Inglaterra enfrentar impasses. Enquanto exercia o comando desses efetivos, Chiappino Vitelli mantinha a Casa dos Medici informada sobre os acontecimentos nos Países Baixos, na Inglaterra, na França e em outras regiões, valendo-se de contatos como mercadores e soldados florentinos (Lamal, 2023, p. 36–41). Após representar os interesses hispânicos na Inglaterra, a Rainha incentivou seu retorno em 1569 para tratar de novos assuntos, com uma procuração que lhe concedesse maiores poderes de negociação, estabelecendo-se na corte inglesa como informante do Grão-Duque da Toscana (Bajetta, 2017, p. 63–72)<sup>6</sup>.

A capacidade dos Medici de atravessar fronteiras por meio de agentes como Francesco Giraldi e Chiappino Vitelli se tornava possível, considerando não somente como suas redes de comunicação eram estruturadas internamente, mas também, a maneira como a Toscana se inseria nas relações exteriores. No primeiro caso, muitos dos representantes em territórios estrangeiros pertenciam às camadas sociais que contribuíram para a ascensão dos Medici ao poder na região. Dessa forma, estavam inseridos nas redes de patrocínio político da família, que, em troca da lealdade e dos serviços prestados — como a diplomacia, a representação na corte e outras ações destinadas a legitimar o recém-estabelecido Grão-Ducado —, oferecia cargos no governo e outros privilégios (Contini, 2000, p. 72–75; Goudriaan, 2017, p. 226–233). Enquanto isso, no segundo caso, esses interlocutores eram acolhidos em espaços que rivalizavam entre si, considerando como a política externa da Toscana estava

---

<sup>5</sup> *Francesco I de' Medici congratulates Francesco Giraldi [Dezembro de 1586]. In: (Mediceo del Principato. Vol. 270. Fol. 6 recto, mapDocId#19301).*

<sup>6</sup> MMXII. *La reine d'Angleterre au duc d'Albe [Dezembro de 1569]. In: (Lettenhove, 1886, p. 554–555).*

de acordo com o posicionamento típico a outras cidades-estados italianas e estados menores, pautados em posições de neutralidade. Para esses espaços, ameaçados pelo crescimento do poder militar na Europa, preservar o equilíbrio no continente se mostrava como uma forma de garantir sua própria segurança, contribuindo para que a resolução de conflitos se sobressaísse no modo como conduziam suas relações estrangeiras (Calzetta, 2023, p. 176).

Essa inclinação se manifestou em maio de 1585, quando navios elisabetanos foram novamente apreendidos nos portos hispânicos e suas mercadorias confiscadas. Buscando reparação pelos danos, as camadas inglesas que se sentiram prejudicadas solicitaram cartas de corso à Elizabeth I, permitindo reaver as perdas por meio do saque a embarcações e territórios sob domínio ibérico. Essa iniciativa contribuiu para a eclosão dos conflitos anglo-hispânicos (1585–1604), marcados por invasões aos litorais, predação contra navios mercantis e pelo apoio formal da Inglaterra à insurreição nas Províncias Unidas. Dentre as principais operações, destacam-se a ofensiva inglesa contra o porto de Cádiz, em 1587, a tentativa frustrada da Armada Hispânica de realizar uma incursão contra Londres, em 1588, e a igualmente infrutífera contraofensiva inglesa de 1589, com o objetivo de invadir a Península Ibérica e a coroar D. Antônio como Rei de Portugal (Glete, 2000, p. 157–164).

Em meio a esse cenário geopolítico, a Toscana se posicionou como aliada à Monarquia Hispânica e financiou operações contra a Inglaterra, além de oferecer um galeão para compor a “Invencível Armada” de 1588 (Brege, 2021, p. 39–44). O interior dessas relações, contudo, era delicado: o Grão-Duque Ferdinando I de Medici mantinha diplomatas em Madrid enquanto, ao mesmo tempo, se aproximava dos inimigos dos Habsburgo, a exemplo de seu casamento com uma representante da linhagem real francesa (Volpini, 2017, p. 83–90). Ainda mais significativo, foram os laços de “amizade” estabelecidos com a Inglaterra durante os conflitos, na tentativa, junto a Veneza, de conservar a paz da Península Itálica. Embora na semântica da diplomacia moderna, termos como “amizade” fossem usados para designar a preservação do *status quo*, um entendimento recíproco ou um compromisso mútuo, na prática desse contexto, significava que a Inglaterra se comprometia a não atacar embarcações destinadas a esses territórios. No entanto, esses acordos geraram dilemas, pois os chamados “navios de amigos” poderiam estar transportando carregamentos ibéricos, o que, de acordo com as práticas corsárias, tornava legítimo o apresamento por parte dos ingleses (Calzetta, 2023, p. 182–185; Lazzarini, 2015, p. 113–114).

Principalmente, a Toscana tentava resistir à influência da Monarquia Hispânica de maneira cautelosa, repassando informações sobre as movimentações ibéricas aos ingleses na década de 1590 (Bajetta, 2017, p. 189). Entre os agentes estava James Guicciardini, proveniente de uma família de patrícios composta por mercadores, cortesãos e diplomatas. Mantendo representantes em diversas regiões da Europa, a família produzia seda na Itália e comercializava o produto em Londres e na Antuérpia (Goldthwaite, 2015, p. 114–148; Ramsay, 1973, p. 179–180). Nascido na Inglaterra, James Guicciardini mantinha parentes na Toscana, e sua circulação entre esses territórios permitiu que se tornasse informante do Conde de Essex acerca das movimentações militares hispânicas e das notícias gerais da Itália (Hammer, 1999, p. 179–180).

Seus serviços foram acionados durante os alertas de uma possível invasão ibérica à Inglaterra, em 1596. Ao ser consultado pelo Conde de Essex, James Guicciardini lhe respondeu, através de uma carta parcialmente criptografada, que a Monarquia Hispânica não tinha recursos suficientes para uma ação maior, embora D. Filipe II afirmasse o contrário para manter a Inglaterra em alerta e diminuir a circulação de corsários em Havana e nas Índias Ocidentais – regiões onde a Inglaterra poderia obter, através da prata, os recursos necessários para combater a Espanha<sup>7</sup>.

Apesar das informações fornecidas por Guicciardini, uma tentativa de ataque à Inglaterra foi lançada em 1596, embora tenha sido frustrada (Wernham, 1994, p. 140). Antes de ser noticiada acerca do fracasso dessa operação, entretanto, a Rainha enviou com urgência uma correspondência ao Grão-Duque da Toscana, comunicando o adiamento da partida de navios que transportariam grãos para Livorno. Seu objetivo era evitar que fossem saqueados pela Armada Hispânica que se aproximava e impedir que os carregamentos servissem de suprimento para a expedição (Bajetta, 2017, p. 230–234). Esse exemplo de comunicação direta ilustra como os cereais eram um dos principais interesses nas relações anglo-toscanas no final do século XVI, em virtude da escassez de abastecimento na Península Itálica. Para acessar os grãos provenientes do Báltico através do Canal da Mancha, o Grão-Duque dependia do diálogo com Elizabeth I para garantir a proteção de suas embarcações frente ao ataque de corsários (Brege, 2021, p. 90–91; Calzetta, 2023, p. 156–165).

Entre os agentes responsáveis por intermediar essa comunicação em Londres, estava Filippo Corsini, membro de uma proeminente família de patrícios, experientes no comércio de trigo e seda em várias regiões da Europa (Goudriaan, 2017, p. 23–25). Embora não fosse um representante

---

<sup>7</sup> J. Guicciardini to the Earl of Essex [c. Abril-maio de 1596] In: (Roberts, 1895)

diplomático oficial, durante seu período na corte inglesa esteve envolvido em diversas negociações relacionadas à predação marítima elisabetana, dado que sua família também atuava no ramo dos seguros navais. Essa posição permitiu que se tornasse um dos principais interlocutores do Grão-Duque na Inglaterra, assim como das redes mercantis interessadas na recuperação de embarcações e mercadorias apreendidas pelos ingleses, além da obtenção de salvo-condutos para a travessia segura do Canal da Mancha (Calzetta, 2023, p. 153).

Enquanto Filippo Corsini e James Guicciardini se tornarão relevantes para o contexto contemplado, observa-se, por ora, como os canais de comunicação diplomática da Toscana atravessavam fronteiras, envolvendo representantes formais e informais. Esses grupos eram motivados por relações de patrocínio político com os Medici e encontravam acolhimento em espaços marcados pela rivalidade, considerando que as relações externas do Grão-Ducado se pautavam em práticas embrionárias de neutralidade geopolítica. Essa conduta permitiu que, em meio às tensões anglo-hispânicas, o Grão-Ducado mantivesse relações com ambos os lados. Esse posicionamento favoreceu a construção de canais de comunicação anglo-toscanos, capazes de transmitir informações sobre as movimentações hispânicas. Também, permitiu que a Toscana atuasse como interlocutora em negociações envolvendo redes mercantis interessadas na recuperação de embarcações e mercadorias apreendidas pelos ingleses, além da obtenção de salvo-condutos para a travessia do Canal da Mancha. Dentre as redes de mercadores que se beneficiaram dessas comunicações, estiveram os Ximenes d'Aragão, uma família portuguesa integral ao transporte de grãos do Báltico para a Toscana e à abertura comercial do porto de Livorno.

### **Mitigando riscos e reavendo perdas: as comunicações anglo-toscanas a favor dos Ximenes de Aragão**

Livorno era uma cidade portuária onde mercadores de diversas origens e religiões poderiam comercializar em igualdade, além de terem suas mercadorias isentas de impostos alfandegários. Isso se deve às políticas de abertura econômica promovidas pelos Medici, marcadas pelo acesso a novos mercados europeus e ultramarinos, assim como a atração de mercadores estrangeiros à região. Dado o domínio ibérico sobre diferentes partes do globo, essa agenda exigia contornar ou operar dentro de seus monopólios, contribuindo para que a Toscana recorresse a estratégias como tentativas de estabelecer comércio direto entre a região e o atlântico, ou arrematar contratos ofertados pelas Coroas

ibéricas (Brege, 2021, p. 33-34; 60; Tazzara, 2017, p. 3; 54). No entanto, os riscos associados ao arremate de contratos ibéricos sofreram transformações decorrentes das guerras contra a Monarquia Hispânica, contribuindo para que mercadores-financeiros portugueses assumiram os contratos e ascendessem nas praças ibéricas, reduzindo a presença estrangeira (Boyajian, 2008, p. 26).

A família Ximenes d'Aragão, formada por cristãos-novos portugueses, tornou-se uma das principais representantes dessa ascensão ao assumir o contrato da pimenta em parceria com os Mendes de Brito (1593-94), liderando uma estrutura comercial que envolvia consórcios mercantis à frente de operações que se estendiam da Ásia ao Atlântico (idem, p. 36-38). Seus negócios abrangiam uma ampla gama de produtos — como especiarias, açúcares, grãos e tecidos —, e os membros da casa estabeleceram-se em entrepostos como Hamburgo, Veneza e Sevilha. Nesses espaços, buscaram ascensão social por meio de práticas como o casamento com cristãos-velhos das elites locais, uma estratégia comum diante das restrições legais e sociais impostas pelos regimes ibéricos à mobilidade social ascendente daqueles com ancestralidade moura ou judaica (Frade, 2006, p. 270-271; López-Salazar, 2016, p. 178).

Sua casa comercial era estruturada com sedes em Lisboa e na Antuérpia, cada qual operando por meio de uma firma própria em seu respectivo entreposto (Bethencourt, 2024, p. 158-159). Como de costume às práticas mercantis, a sobrevivência dessas filiais dependia de estratégias voltadas a minimizar os riscos e recuperar perdas. A contratação de seguros, por exemplo, destaca-se como uma das formas mais comuns de reduzir os perigos no transporte das mercadorias, enquanto os litígios e o lançamento de sobrecarga ao mar, estiveram entre as maneiras mais recorrentes de reaver perdas ou evitar prejuízos maiores (Fusaro, 2023, p. 3-15; Sicking; Wijffels, 2020, p. 1-8). Momentos de instabilidade tornaram essas e outras medidas ainda mais necessárias, com as guerras impactando a filial portuguesa, que viu o contrato da pimenta ser encerrado com prejuízos após servir como principal responsável pela administração entre 1593 e 1597 (Boyajian, 2008, p. 27-28).

Enquanto isso, na Antuérpia, as atividades se tornaram vulneráveis ao declínio do entreposto, impulsionado por conflitos religiosos, pela insurreição das Províncias Unidas, movimentações corsárias e outros fatores como embargos e confiscos (Wee, 2013, p. 250-269). Esses desafios tornaram a expansão para outras regiões, uma estratégia viável, com correspondências trocadas entre os representantes da família e seus parceiros entre 1576 e 1582, indicando como as instabilidades da época dificultavam as trocas comerciais e as operações bancárias (Silva, 2025, p. 14). Além disso,

tensões internas levaram à reestruturação da empresa e ao deslocamento de representantes, como Fernão Ximenes, que, ao longo da década de 1570, alternou estadas na França, em Colônia e em Hamburgo, retornando a Antuérpia sempre que a conjuntura permitia (Pohl, 1977, p. 80–81).

Embora as atividades no entreposto tenham continuado, foi por meio da ramificação da Antuérpia que a família iniciou sua atuação na Toscana, sob a liderança de Fernão Ximenes. Essa ação fazia parte dos esforços do Grão-Duque Ferdinando I de Medici para atrair comerciantes estrangeiros, como parte da reestruturação do porto de Livorno. O objetivo era promover o crescimento demográfico e econômico, tendo Livorno como porto, Pisa como centro comercial e Florença como área de produção (Tazzara, 2017, p. 39–41). Esses incentivos — conhecidos como *leggi livornine* — asseguravam aos cristãos-novos prerrogativas de liberdade de consciência e, por meio de medidas de proteção aos recém-chegados, permitiam aos Médici estabelecer diálogos com diversas instituições ibéricas e italianas (Trivellato, 2020, p. 60–61; 95–97).

Uma sucessão de fatores marcou os primeiros momentos da família na região no início da década de 1590, com as negociações para estabelecer um segmento de sua firma nessas partes ocorrendo em diálogo com as estratégias de acesso ao Atlântico, articuladas por Ferdinando I de Medici. Por volta desse período, as iniciativas toscanas para aproveitar as oportunidades ibéricas incluíram o comércio direto – uma investida arriscada, mas que ofereceria maiores retornos ao porto de Livorno em comparação com a participação nos contratos (Brege, 2021, p. 60). Com o objetivo de explorar oportunidades na região, o Grão-Duque iniciou comunicações com a filial lisboeta dos Ximenes em outubro de 1591, buscando negociar o transporte direto de açúcares do Brasil e de São Tomé para Livorno, contornando a Península Ibérica (Hollanda, 1967, p. 76). Embora as negociações não tenham sido bem-sucedidas, esses interesses estavam ligados à valorização dos preços do açúcar nos entrepostos ultramarinos no final do século XVI, momento em que Pernambuco se consolidou como a principal região exportadora, onde os Ximenes d’Aragão atuavam como consignatários responsáveis por receber, no reino, os açúcares enviados pelos dois principais exportadores da capitania entre 1596 e 1604 (Ebert, 2008, p. 151–176; Mello, 1989, p. 11; Strum, 2012, p. 212–217).

Além das políticas de fomento ao porto de Livorno e de acesso aos mercados ultramarinos, o comércio de grãos também despertava o interesse do Grão-Ducado. Nesse setor, Fernão Ximenes atuava entre Antuérpia e Hamburgo, com experiência nas trocas com o Báltico, região que, junto a esses entrepostos, compunha um dos principais circuitos de abastecimento europeu (Wee, 2013, p.

216–217). Assim, atuou como procurador de Ferdinando I em 1592, facilitando as comunicações diplomáticas entre a Toscana e a Dinamarca a partir de Hamburgo, o centro distribuidor de grãos para Livorno (Calzetta, 2023, p. 168–171).

No entanto, Ferdinando I de Medici precisou adotar medidas além da presença de representantes no eixo Hamburgo-Dinamarca, uma vez que as comunicações diplomáticas anglo-toscanas se mostraram essenciais para essa circulação, como mencionado, devido à necessidade de garantir a proteção das embarcações contra os corsários elisabetanos (Brege, 2021, p. 91). Nesse sentido, seu agente em Londres, Filippo Corsini, foi incumbido de negociar com a Coroa Inglesa a concessão de salvo-condutos para os navios que transportassem grãos de Hamburgo para Livorno em 1592, com os Ximenes integrando essa operação. Filippo Corsini não apenas tinha a responsabilidade de repassar os salvo-condutos a Fernão Ximenes, na qualidade de procurador em Hamburgo, mas também de assegurar que os navios da família fossem incluídos nas autorizações<sup>8</sup>.

O envolvimento de Filippo Corsini e Fernão Ximenes nas negociações para viabilizar o transporte de grãos para Livorno demonstra que as redes mercantis não apenas se beneficiavam dos canais diplomáticos, mas também contavam com representantes ativos nessas relações. Estabelecidos em territórios estrangeiros, os comerciantes mantinham vínculos complexos com as comunidades locais e seus governantes, atuando, por vezes, como informantes, intermediários em negociações, tradutores, além de agentes políticos e diplomáticos (Lazzarini, 2015, p. 37–41). As casas mercantis com filiais no exterior, que nem sempre estavam organizadas em guildas ou entidades similares, dependiam do apoio das autoridades locais para reduzir os riscos inerentes ao comércio de longa distância. Entre os mecanismos mais comuns para garantir a segurança de seus membros estavam os privilégios concedidos pelas autoridades políticas, como os salvo-condutos. Esses instrumentos faziam parte das estratégias de atração comercial adotadas por entrepostos desde o período medieval, como Bruges e Antuérpia (Ogilvie, 2011, p. 207–216).

Entretanto, a origem ibérica dos Ximenes levou o próprio Grão-Duque a intervir nos diálogos, justificando para a Rainha o acolhimento da família na Toscana e reconhecendo seus membros como vassalos, cujos negócios beneficiavam o porto de Livorno (Calzetta, 2023, p. 197–198). Não somente Ferdinando I se mostrou disposto a interceder pelos Ximenes e outros mercadores atraídos por suas

---

<sup>8</sup> *Ferdinando I de' Medici commends Filippo Corsini for obtaining the renewal of the safe-conducts* [Agosto de 1592]. In: (*Mediceo del Principato*. Vol. 280. Fol. 180 verso, 181 recto, mapDocId#16722).

políticas de fomento ao comércio, como seu envolvimento foi essencial para que essas operações procedessem no território, com o acolhimento político se tornando fundamental às estratégias da família de contornar os riscos e recuperar eventuais perdas. Promover negociações com a Inglaterra para viabilizar o comércio com a Toscana, por exemplo, não foi uma iniciativa exclusiva dos Ximenes, mas algo que se tornou esperado do Grão-Duque pelas comunidades mercantis. Em 1602, comerciantes flamengos, por exemplo, solicitaram o privilégio de estabelecer refinarias de açúcar em Livorno, pedindo que Ferdinando I negociasse com Elizabeth I a concessão de salvo-condutos para as embarcações provenientes do Brasil, a fim de evitar a predação por corsários durante o trajeto<sup>9</sup>.

Essas ações estavam diretamente relacionadas à forma como os mercadores envolvidos no comércio estrangeiro buscavam apoio político e diplomático, visando à segurança de suas navegações — especialmente diante de dilemas como: durante períodos de guerra, como as vítimas dos conflitos poderiam buscar restituição? De que maneira, e em que medida, contavam com o apoio das autoridades políticas? Como os agentes negociavam disputas que ultrapassavam fronteiras jurisdicionais? De modo geral, muitas dessas respostas dependiam das circunstâncias políticas e diplomáticas de cada caso (Sicking; Wijffels, 2020, p. 5–6).

Embora as negociações para a concessão de passaportes aos Ximenes ou aos flamengos visassem reduzir os riscos na circulação, as comunicações entre ingleses e toscanos também eram acionadas quando os prejuízos já haviam ocorrido. Isso fica evidente nos diálogos que antecederam o pedido de salvo-conduto em favor dos Ximenes, em 1592. No ano anterior, o Grão-Duque precisou interceder pela família após Nicolau Ximenes, sobrinho de Fernão, ter sido capturado por ingleses enquanto viajava no caminho entre Londres e os Países Baixos.

Os negócios de Nicolau Ximenes também assumiram grandes proporções. Seu livro de contas, analisado por Francisco Bethencourt (2024, p. 167), revela atividades semelhantes às realizadas por seus familiares, como a exportação de trigo de Flandres para a Espanha, no setor de abastecimento. Embora suas sociedades percorressem cidades como Antuérpia, Pisa, Livorno, Hamburgo e Cádiz, no comércio ultramarino, Nicolau era acionista no contrato da pimenta, herdeiro de terras no Brasil e responsável pela distribuição dos açúcares que chegavam a Lisboa para os Países Baixos. Embora os registros deste livro se refiram ao período de 1592 a 1596, entre 1598 e 1611, Nicolau Ximenes

---

<sup>9</sup> *Cosimo Baroncelli reports on a project to introduce sugar refining to Livorno; memoriale included as an insert in a letter from Cosimo Baroncelli to Belisario Vinta* [Janeiro de 1602]. In: (*Medice del Principato*, Vol. 5155, fol. 155 verso, 156 recto. mapDocId#17618; mapDocId#17619).

continuou a comercializar produtos coloniais na Europa, como açúcares e pau-brasil de Pernambuco e do Rio de Janeiro, exportando-os de Lisboa para cidades como Pisa e Veneza (Silva, 2025, p. 17–18).

As negociações para sua libertação ocorreram em um momento delicado nas relações entre a Inglaterra e a Toscana, devido aos frequentes apresamentos de navios com destino a Livorno, carregados de mercadorias ibéricas. Como será aprofundado na sessão seguinte, os principais argumentos destacaram como os “espanhóis” responsáveis por receber os bens apreendidos em Livorno eram súditos da Toscana devido à longa permanência no território. Entretanto, o Grão-Duque e Filipo Corsini também procuravam proteger as seguradoras florentinas, que eram operadas através de acordos entre particulares (Ceccarelli, 2021, p. 13–15). Na intenção de reaver os itens saqueados, afirmavam que os prejuízos associados à perda das mercadorias não recairiam sobre os negociantes ibéricos, mas sim sobre as empresas com as quais haviam contratado o seguro (Calzetta, 2023, p. 97)<sup>10</sup>.

Mesmo com o abalo nas relações, o Grão-Duque foi capaz de mobilizar sua influência e enviar uma petição aos conselheiros reais da Inglaterra em junho de 1591, pedindo a soltura de Nicolau Ximenes, afirmando que ele era residente em seus domínios e que foi capturado enquanto viajava para a Toscana. Em sinal de “boa amizade e aliança” com Ferdinando I, a Rainha concordou em libertá-lo, emitindo um salvo-conduto para Nicolau Ximenes, “nascido português, mas súdito da Toscana” e permitindo que – após ser “legalmente capturado no mar a bordo de navios inimigos” – deixasse a Inglaterra com destino aos Países Baixos e, de lá, se dirigisse à Florença<sup>11</sup>.

Perante essas considerações, os Ximenes fizeram parte dos mercadores estrangeiros atraídos pela abertura comercial de Livorno, onde negociaram produtos ibéricos como os açúcares, a pimenta e o pau-brasil. Além disso, atuaram no abastecimento de grãos e como agentes informais, na comunicação da Toscana no Báltico. Livorno representava não apenas uma região distante do Santo Ofício português, mas também, sua posição geopolítica durante as guerras oferecia formas de mitigar os riscos de navegação e reaver prejuízos, que não eram possíveis às autoridades ibéricas. Nesse sentido, os canais de comunicação anglo-toscana foram essenciais para a concessão de passaportes que viabilizassem a circulação de seus navios e representantes, na soltura de Nicolau Ximenes quando foi capturado por corsários, além de promover negociações visando a restituição de bens saqueados,

---

<sup>10</sup> 104. *Thos. Cordell and Thos. Cambell to Lord Burghley; Relation by Phil. Corsini of the taking near Majorca of the ship Santo Rocco* [Dezembro de 1591] In: (Green, 1967b, p. 147–148).

<sup>11</sup> *A letter to the Lady Catherine Hawarde* [September, 1591]. In: (Dasent, 1900, p. 440); *Passport from the Queen* [S.D.]. In: (Lomas, 1927).

diretamente com a Coroa Inglesa. Embora esses indícios mostrem que o apoio político e diplomático em territórios estrangeiros contribuía para a segurança das navegações e permitia que os mercadores buscassem compensações em diferentes jurisdições fora do âmbito doméstico, permanece a dúvida: qual era, de fato, a eficácia desses canais de comunicação para mitigar riscos e recuperar prejuízos? Seus limites podem ser observados no saque ao *Gatto di Mare*, navio fretado pela firma de Lisboa em 1595 e destinado a Livorno, onde seria recebido por Fernão e Nicolau Ximenes.

### **Os limites da diplomacia: mobilizando as redes de comunicação anglo-toscanas para reaver o *Gatto di Mare***

Na modernidade existiram diferentes formas de predação marítima, incluindo os ataques perpetrados por oficiais ou particulares a serviço dos Estados. No entanto, as linhas que dividiam as práticas de guerra naval e os crimes de pirataria eram porosas, além de suscetíveis às diferentes interpretações jurídicas. Apesar do direito internacional que emergiu no século XVII contribuir para o estabelecimento de parâmetros comuns, muitos dos casos continuaram a ser julgados de acordo com essa diversidade, mesmo em momentos posteriores (Wilson; Kwan; Coakley, 2024, p. 11–14). Essa pluralidade era ainda mais pertinente no século XVI, considerando que as noções de direito acerca das disputas marítimas ainda eram fundamentadas nos tratados medievais de navegação e comércio no Mediterrâneo. Isso significava que as bases do direito internacional marítimo ainda estavam em desenvolvimento, e cada caso de corso e pirataria, estabelecia precedentes que orientavam decisões futuras (Calzetta, 2023, p. 176).

Apesar do aumento no número de casos decorrentes da guerra, antecedentes específicos marcaram o saque ao *Gatto di Mare*. As tensões diplomáticas provenientes dos avanços ingleses contra navios destinados a territórios que não estavam diretamente envolvidos nos conflitos, contribuíram para que a Inglaterra promulgasse um decreto (c. 1590–1591), proibindo que seus corsários atacassem os súditos e bens dos territórios "em amizade" com a Coroa. Esse cenário foi impulsionado pelos ataques a navios com destino a portos como Veneza e Livorno, além da presença de muitas embarcações vindas de Hamburgo. Conhecidas como *urvas*, essas embarcações se beneficiavam da neutralidade do entreposto diante dos conflitos e embargos contra as regiões neerlandesas. Assim, navegar sob essa bandeira reduzia, em tese, os riscos de ataques corsários no Atlântico e nas rotas europeias (Strum, 2012, p. 352). No entanto, essa estratégia de circulação das embarcações resultou

em novos impasses diplomáticos, pois, apesar de os navios serem neutros e destinados a entrepostos amigos, por vezes, transportavam mercadorias de inimigos (Calzetta, 2023, p. 183–186).

Essas medidas não foram suficientes para impedir a apreensão recorrente de navios considerados neutros, o que gerou uma série de litígios promovidos por mercadores estrangeiros e autoridades governamentais, tanto no Conselho Privado da Inglaterra quanto no Tribunal do Almirantado. Embora os pedidos de restituição representassem uma parte significativa das atividades dessas instituições, os estrangeiros raramente conseguiam recuperar as apreensões, mesmo que parcialmente. As razões para isso não se restringiam apenas aos promotores de expedições corsárias desfrutarem de grande capital político no reino, mas também, considerando que os bens saqueados, ao chegarem aos portos, eram rapidamente dissipados por oficiais régios, frequentemente envolvidos em práticas de contrabando (Andrews, 2011, p. 25–27). Além disso, após serem devidamente inspecionadas, as apreensões na Inglaterra desapareciam rapidamente, seja por meios ilícitos ou por leilões, a fim de evitar contratempos como a deterioração e a desvalorização dos produtos, viabilizando um retorno eficiente dos capitães em busca de novos saques (Hanna, 2015, p. 35–36).

Impasses assim contribuíram para que os antecedentes do saque ao *Gatto di Mare* fossem caracterizados por episódios de ataques a navios com destino a Veneza e Livorno, carregados com mercadorias ibéricas, ocasionando tensões entre a Inglaterra e a Toscana. Esses casos foram representados na corte inglesa por Filippo Corsini, em nome do Grão-Duque e dos comerciantes interessados, sendo a maioria italianos residentes na Península Ibérica ou ibéricos que viviam nas regiões italianas (Calzetta, 2023, p. 185–196).

Ao negociar uma dessas disputas em 1590, Filippo Corsini conseguiu um mandato para reaver itens saqueados por corsários. No entanto, descobriu que parte das mercadorias já havia sido dissipada, resultando em um impasse diplomático. De um lado, a Coroa inglesa buscava manter boas relações com Ferdinando I, enquanto, de outro, os responsáveis pelo apresamento eram figuras de destaque nos círculos mercantil, militar e político. Entre os envolvidos estava George Carey, vice-almirante de Hampshire, não apenas uma figura relevante para o caso em questão, mas também, na época, um dos principais armadores de corsários nas Índias Ocidentais, implicado em esquemas de contrabando facilitados por agentes alfandegários. Durante os litígios iniciados por Filippo Corsini, Carey usou sua influência para enviar correspondências ao juiz responsável pelo processo, sugerindo uma troca de

favores. Embora a delicadeza diplomática das negociações tenha favorecido Corsini no desfecho, apenas parte dos carregamentos apreendidos foi restituída (Andrews, 2011, p. 25–27; 94–98).

Nem todos os casos apresentaram a mesma resolução, com os avanços sobre embarcações neutras continuando ao longo da década, a exemplo do saque ao *Gatto di Mare*. Em decorrência do episódio, Ferdinando I enviou uma carta para Elizabeth I em junho de 1595, informando que o navio, originário de Hamburgo, havia sido interceptado por corsários a bordo do *Desire* no caminho Lisboa-Livorno<sup>12</sup>. Embora diferentes embarcações com esse nome tenham sido promovidas por armadores interessados em mercadorias ibéricas na década de 1590 (Andrews, 2011, p. 138–139; 261), destaca-se o navio que integrou a frota de Thomas Cavendish na volta ao mundo e em expedições pelo Atlântico Sul. Após a morte de Cavendish, em 1592, o *Desire* foi transferido para o referido George Carey, que não apenas tinha o histórico de apreender carregamentos ibéricos na rota para a Península Itálica, mas também utilizava o navio esporadicamente por volta de 1596, tornando essa a navegação mais próxima à data do apresamento em questão (Andrews, 2011, p. 98; Bajetta, 2017, p. 209).

Visando recuperar os bens saqueados através dessa comunicação, o Grão-Duque argumentou que o navio estava se dirigindo a Livorno para ser recebido por Fernão Ximenes e seu sobrinho Nicolau, Cavaleiros da Ordem de Santo Stefano e residentes em Florença, onde viviam como súditos da Toscana<sup>13</sup>.

Reconhecer os mercadores suplicantes como “súditos” e “vassalos” era um dos principais argumentos dos toscanos para a restituição das presas, pois desconstruía seus antecedentes ibéricos, embora os ingleses tivessem outras interpretações. As diferenças se baseavam na visão do Grão-Ducado, que considerava a residência na Toscana como um meio de naturalização para estrangeiros, enquanto, para o Reino, uma lei de 1580 reforçava os vínculos dos imigrantes com sua terra natal, dificultando o reconhecimento da naturalidade dessas populações e de seus descendentes. Entretanto, além da diferença nos entendimentos acerca da naturalidade, havia também um conflito de interesses. Enquanto a Toscana buscava proteger os mercadores e as frotas envolvidas na abertura comercial de Livorno, uma vez que o desenvolvimento do porto dependia da segurança dos navios que ali atracavam, para os ingleses, era vantajoso comprovar que os saques pertenciam a súditos da Monarquia Hispânica, pois isso legitimava o butim com base nos direitos de represália da guerra (Calzetta, 2023,

<sup>12</sup> *Ferdinando I de' Medici complains to Elizabeth I Tudor about English sailors who have unlawfully seized the ship Gatto di Mare [Junho de 1595]*. In: (mapDocId#28098).

<sup>13</sup> *Ferdinando I de' Medici complains (...)* In: (mapDocId#28098).

p. 173–196). Em outras palavras, a distinção entre apreensões legais e pirataria impactava financiadores e as instituições responsáveis, pois, se a captura fosse considerada pirata — e, portanto, ilegal — os proprietários poderiam recuperar seus bens. Caso contrário, os espólios eram divididos entre a tripulação, o capitão e os investidores (Hanna, 2015, p. 34–36).

Apesar desses esforços, as comunicações entre o Grão-Duque e seus agentes na Inglaterra demonstravam que as expectativas não eram promissoras. Relatos de florentinos na corte de Londres indicavam que a reputação dos Ximenes estava em declínio desde a prisão de Nicolau, em 1592. Em uma carta enviada ao Secretário de Estado da Toscana, em 6 de setembro de 1595, um representante do grupo informou que a captura do *Gatto di Mare* gerou opiniões divergentes, mas todos concordavam que os Ximenes foram ingratos após o episódio de soltura do mercador, oferecendo presentes inadequados em retribuição àqueles que negociaram sua liberdade (Crinò, 1969, p. 480).

Diante da dificuldade em mobilizar seus agentes na corte, foram priorizadas as conexões de James Guicciardini, que recebeu instruções, entre novembro e dezembro de 1595, para usar sua influência junto ao Conde de Essex. Embora esse canal fosse empregado para transmitir informações sigilosas sobre a Monarquia Hispânica — e práticas de subterfúgio fossem esperadas —, esse agente, além de desencorajar os planos propostos, relatou que seus esforços para cumprir as instruções acabaram comprometendo sua posição<sup>14</sup>.

O sentimento de adversidade presente nessas comunicações reflete uma mudança na postura da própria Coroa Inglesa em relação aos Ximenes. Inicialmente, a resposta aos primeiros contatos do Grão-Duque sobre a captura do *Gatto di Mare* seguia os posicionamentos favoráveis à família, como mostrado no *rascunho* de uma carta datado de 2 de setembro de 1595. O documento indicava a intenção de conceder um salvo-conduto geral aos suplicantes e às mercadorias transportadas nas viagens de ida e volta a Livorno. No entanto, em relação aos carregamentos recentemente apreendidos, os Secretários de Estado afirmavam não haver evidências de que realmente pertenciam à família, embora os Ximenes estivessem livres para reivindicá-los, seguindo os trâmites apropriados<sup>15</sup>. Contudo, a *versão final* da carta enviada à Toscana apresentou decisões diferentes.

Essa reviravolta esteve relacionada às novas descobertas nas investigações, que instigaram as suspeitas dos Secretários de Estado sobre a propriedade dos carregamentos. Cartas dos Ximenes foram

<sup>14</sup> J. Guicciardini to Essex [Dezembro de 1595]. In: (Roberts, 1894).

<sup>15</sup> To Ferdinando I, Grand Duke of Tuscany [Rascunho, 2 de setembro] (Bajetta, 2017, p. 212–213).

interceptadas por corsários e indicavam que a embarcação pertencia à família, com a documentação estando sob posse de Emmanuel Ximenes, em Lisboa, responsável pelos pagamentos<sup>16</sup>. Entretanto, outra família de cristãos-novos portugueses também tinha participação nas mercadorias — algo omitido pelo Grão-Duque. Os Andrade, assim como os Ximenes, eram uma das principais casas mercantis de Lisboa, Antuérpia e Madrid (Frade, 2006, p. 271). Uma correspondência datada de agosto de 1595, enviada de Antuérpia por Diego Rodrigues d'Andrade, com destino a Sevilha, onde seria recebida por Rodrigo de Andrade, também foi interceptada pelos ingleses. A carta indicava que a parceria com os Ximenes estava em declínio desde março, quando o corsário elisabetano James Lancaster avançou sobre Pernambuco e saqueou carregamentos de pau-brasil pertencentes a uma sociedade formada por esses grupos<sup>17</sup>.

Em meio a essa comunicação interna entre os agentes da firma, Diego Rodrigues d'Andrade indicava que sua frustração com os Ximenes havia se intensificado ainda mais devido à conduta demonstrada pela família em relação ao navio que fretaram em conjunto para transportar mercadorias a Livorno e que, no caminho, foi saqueado. O agente reclamava que os Ximenes exigiram o pagamento integral do frete, apesar de a embarcação não ter completado a viagem até o destino, e impediram que sua casa iniciasse um processo. Também afirmou que Fernão e Nicolau Ximenes o convenceram de que seria mais seguro transportar as mercadorias em seus nomes e os acusou de sobrecarregar o navio além do limite estipulado no conhecimento de embarque (*Bill of Lading*). Os desentendimentos se intensificaram quando os Andrade, na tentativa de reduzir o prejuízo após a captura da embarcação, decidiram repassar 200 quintais das mercadorias a Fernão Ximenes, esperando que ele conseguisse restituir os carregamentos. No entanto, logo foram informados de que Fernão já havia reivindicado a totalidade dos bens no navio, mesmo que esses carregamentos não apresentassem o selo dos Ximenes. Diante disso, Diego Rodrigues d'Andrade se mostrou relutante em retomar a parceria, apesar das tentativas de reaproximação por parte de Nicolau Ximenes.

Acredita-se que o transporte em nome dos Ximenes em Florença, ou mesmo, de reivindicar a totalidade dos itens a bordo do navio, estava relacionada à proteção que desfrutavam na Toscana e ao histórico favorável de negociações diplomáticas conduzidas pelo Grão-Duque com a Inglaterra, em

---

<sup>16</sup> 301. *Notes of intercepted Portuguese letters; Duarte Emmanuel Ximenes to his brother Fernando Ximenes in Lisbon [Setembro de 1595]*. In: (Wernham, Richard Bruce, 1993, p. 208–209).

<sup>17</sup> *Notes of intercepted Portuguese letters; Diego Andrade in Antwerp to Rodrigo Andrade in Seville [Agosto de 1595]*. In: (Wernham, Richard Bruce, 1993, p. 208–209).

benefício da casa. Além disso, pode-se inferir que os carregamentos capturados durante o saque ao *Gatto di Mare* incluíam quintais de pau-brasil, dado que esse produto fundamentava a sociedade entre os Ximenes e os Andrade no momento da apreensão e, nos anos seguintes, consolidou-se como uma das principais mercadorias comercializadas por Nicolau Ximenes em Livorno. Sobretudo, o açúcar e o pau-brasil estavam configurados como os dois itens mais recorrentes entre os espólios ingleses, embora a pimenta e outros carregamentos das Índias Orientais também fossem comuns – todos esses produtos sendo encontrados em navios apreendidos a caminho de Livorno, na década de 1590 (Andrews, 2011, p. 132–133).

Independente da tipologia dos carregamentos, a tentativa de recuperá-los resultou em fracasso. Na versão final da carta enviada ao Grão-Duque em 29 de setembro de 1595, Elizabeth I afirma que o *Gatto di Mare* estava carregado com mercadorias pertencentes a súditos da Monarquia Hispânica. Embora os Ximenes tivessem sido indenizados por perdas em ocasiões anteriores, desta vez não receberiam a mesma cortesia<sup>18</sup>.

Posicionando-se de maneira diferente em relação aos últimos casos, destacou que não se podia ignorar como a Casa dos Ximenes esteve entre os principais financiadores da Armada Hispânica, que tentou invadir a Inglaterra em 1588. Além disso, mercadorias pertencentes a súditos hispânicos continuavam a ser regularmente transportadas em nome de seus representantes. Nesse sentido, a concessão de uma carta de salvo-conduto geral, abrangendo todos os navios e agentes da família, não seria vantajosa para os ingleses, pois iria de encontro ao direito de represália contra a Monarquia Hispânica. Apesar dessa decisão, a Coroa reafirmou seu compromisso com a Toscana, declarando que continuava disposta a conceder o privilégio dos salvo-condutos a outros indicados pelo Grão-Duque (idem, p. 216).

Segundo consta em uma carta enviada ao Conde de Essex em dezembro de 1595, James Guicciardini afirmou não estar surpreso com o desfecho, tendo aconselhado Ferdinando I acerca dos obstáculos enfrentados pelos Ximenes durante suas primeiras comunicações em torno do caso. Entretanto, mesmo em maio de 1596, ele continuava a angariar opiniões sobre o caso dos Ximenes entre seus contatos e a repassá-las ao Conde de Essex por meio de mensagens parcialmente criptografadas, indicando a continuidade das comunicações sobre o *Gatto di Mare* por esse canal<sup>19</sup>.

---

<sup>18</sup> To Ferdinando I, Grand Duke of Tuscany [Versão final, 2 de setembro]. In: (Bajetta, 2017, p. 216)

<sup>19</sup> J. Guicciardini to Essex [Novembro de 1595]. In: (Roberts, 1894); J. Guicciardini to the Earl of Essex [Maio de 1596]. In: (Roberts, 1895).

Essas discussões indicam que o saque ao *Gatto di Mare* foi precedido por antecedentes específicos, relacionados às tensões diplomáticas provenientes dos avanços ingleses contra navios que carregavam bandeiras ou se dirigiam a territórios não envolvidos nos conflitos contra a Monarquia Hispânica. Episódios assim, resultaram em litígios movidos por mercadores estrangeiros e autoridades governamentais que, embora raramente conseguissem recuperar o conteúdo apreendido — ainda que parcialmente —, enfrentavam obstáculos devido ao capital político dos promotores de corsários e às práticas de contrabando disseminadas nos portos ingleses. Embora a Toscana tenha obtido sucesso em casos anteriores de restituição de apresamentos, o Grão-Duque não conseguiu mobilizar seus representantes diplomáticos e informantes em favor dos Ximenes no caso do *Gatto di Mare*. Isso pode ser atribuído a fatores como o desgaste na reputação da família perante os agentes acionados e aos resultados das investigações inglesas, que indicaram o envolvimento de outros grupos mercantis, súditos da Monarquia Hispânica e sem vínculos diretos à Toscana, nas mercadorias transportadas.

### Considerações Finais

Durante as guerras anglo-hispânicas (1585–1604), os Medici mantiveram agentes em diversas regiões da Europa, responsáveis por transmitir informações e conduzir negociações que ultrapassavam divisões geopolíticas. Os diálogos desses representantes na Inglaterra mostram como os canais diplomáticos, aliados à neutralidade política, ajudavam a mitigar os riscos da predação marítima e reparar prejuízos às casas comerciais. Dessa forma, a estrutura comunicativa estabelecida no reino permitiu à Toscana atuar como interlocutora dos interesses ligados à recuperação de bens apreendidos por corsários, bem como à circulação de comerciantes e mercadorias estrangeiras rumo a Livorno, com o objetivo de contornar os perigos impostos pela guerra naval.

Os Ximenes d’Aragão recorreram a esses canais de comunicação com a Inglaterra para reforçar a segurança de seus negócios. Embora tenham contratado seguros marítimos e adotado outras práticas típicas, a comunicação diplomática e as políticas de neutralidade do Grão-Ducado também funcionaram como instrumentos essenciais para reduzir riscos, reparar prejuízos e promover diálogos voltados para o desenvolvimento de suas atividades em outros entrepostos. Mais precisamente, suas movimentações demonstram como o acolhimento dos mercadores ibéricos em territórios neutros, aliado ao uso da diplomacia a partir desses centros, serviu como uma das estratégias viáveis para que esses grupos continuassem os negócios durante os conflitos anglo-hispânicos.

Esses recursos foram essenciais para seus negócios, envolvendo o transporte de grãos do Báltico à Toscana, via Hamburgo, assim como o fornecimento, em Livorno, de mercadorias ibéricas — como açúcares, pimenta e pau-brasil. De modo geral, a redução dos riscos de navegação e a reparação dos danos causados pelas pilhagens, por meio dos canais de comunicação desses territórios, estiveram ligadas aos seus posicionamentos geopolíticos, que viabilizavam diálogos e formas de navegação inacessíveis às autoridades e bandeiras ibéricas durante as guerras. Na prática, a influência de Hamburgo se manifestou sobretudo na circulação de urcas carregadas com produtos ibéricos, enquanto a diplomacia anglo-toscana foi decisiva na emissão de passaportes para navios e mercadores com destino a Livorno, além de viabilizar negociações diretas com a Inglaterra para compensações por danos causados por corsários. Não obstante, o caso dos Ximenes indica como a eficácia desses canais de comunicação na redução de riscos e prejuízos variava conforme as circunstâncias políticas e diplomáticas de cada situação.

As comunicações referentes ao saque do *Gatto di Mare*, por exemplo, revelam os obstáculos diplomáticos decorrentes da fragilidade das relações políticas. Além disso, evidenciam como os diálogos em torno da restituição de bens saqueados extrapolavam a esfera diplomática, envolvendo instâncias jurídicas e econômicas vinculadas às instituições e elites elisabetanas responsáveis por promover as empreitadas corsárias. Sobretudo, as correspondências entre o Grão-Duque, seus agentes na Inglaterra e a própria Coroa de Elizabeth I reforçam que as tentativas de reaver perdas e mitigar riscos ao comércio de longa distância, por meio de diálogos envolvendo corpos políticos estrangeiros, dependiam da capacidade das autoridades de mobilizar uma rede de agentes atuantes nos canais de comunicação e na representação diplomática caso a caso.

## **Referências bibliográficas**

### **Base de Dados**

*Medici Interactive Archives (MLA Database)*

*MapDocId#*

MEDICEO DEL PRINCIPATO. Vol. 270. Fol. 6 recto, mapDocId#19301.

MEDICEO DEL PRINCIPATO. Vol. 280. Fol. 180 verso, 181 recto, mapDocId#16722.

MEDICEL DEL PRINCIPATO, Vol. 5155, fol. 155 verso, 156 recto, mapDocId#17618; mapDocId#17619.

MEDICEO DEL PRINCIPATO, Vol. 187, fol. 36 recto. mapDocId#28098.

*British History Online*

BUTLER, Arthur John; LOMAS, Sophie Crawford (Ed.). Addenda: Miscellaneous 1576–1577. In: **Calendar of State Papers Foreign: Elizabeth**, v. 17, January–June 1583 and Addenda. London: British History Online, 1913. Disponível em: <https://www.british-history.ac.uk/cal-state-papers/foreign/vol17/pp503-510>. Acesso em: 28 maio 2025.

DASENT, John Roche (Ed.). *Pages 426–451*. In: **Acts of the Privy Council of England**, v. 21, 1591. London: British History Online, 1900. Disponível em: <https://www.british-history.ac.uk/acts-privy-council/vol21/pp426-450>. Acesso em: 28 maio 2025.

LOMAS, Sophie Crawford. Elizabeth: Miscellaneous, 1586. In: **Calendar of State Papers Foreign: Elizabeth**, v. 21, pt. 1, 1586–1588. London: British History Online, 1927. Disponível em: <https://www.british-history.ac.uk/cal-state-papers/foreign/vol21/no1/pp177-179>. Acesso em: 28 maio 2025.

ROBERTS, Richard Arthur. Cecil Papers: April 1596, 16-30. In: **Calendar of the Cecil Papers in Hatfield House**, v. 6, 1596. London: British History Online, 1895. Disponível em: <https://www.british-history.ac.uk/cal-cecil-papers/vol6/pp145-164>. Acesso em: 28 maio 2025.

\_\_\_\_\_. Cecil Papers: December 1595, 16-25. In: **Calendar of the Cecil Papers in Hatfield House**, v. 5, 1594–1595. London: British History Online, 1894. Disponível em: <https://www.british-history.ac.uk/cal-cecil-papers/vol5/pp499-509>. Acesso em: 28 maio 2025.

**Impressos**

BAJETTA, Carlo M. **Elizabeth I's Italian letters**. New York: Palgrave Macmillan, 2017.

CRINÒ, Anna Maria. **Avvisi di Londra di Petruccio Ubaldini, fiorentino, relativi agli anni 1579–1594, con notizie sulla guerra di Fiandra**. Archivio Storico Italiano, [S.l.], v. 127, n. 4 (464), p. 461–581, 1969.

GREEN, Mary Anne Everett. 104. Thos. Cordell and Thos. Cambell to Lord Burghley; Relation by Phil. Corsini of the taking near Majorca of the ship Santo Rocco [dezembro de 1591]. In: **Calendar of State Papers, Domestic Series, of the Reign of Elizabeth (1591–1594)**. [S.l.]: Kraus Reprint LTD, 1967b. p. 359–360.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. Os projetos de colonização e comércio toscanos no Brasil ao tempo do Grão-duque Fernando I (1587–1609). **Revista de História**, [S.l.], v. 35, n. 71, p. 61–84, 30 set. 1967.

LETTENHOVE, Kervyn de. **Relations politiques des Pays-Bas et de l'Angleterre, sous le règne de Philippe II**. Bruxelles: F. Hayez, Imprimeur de l'Académie Royale de Belgique, 1886. v. Tome V, (Gouvernement du Duc d'Albe, Première Partie, 3 septembre 1567–27 septembre 1570).

WERNHAM, Richard Bruce. **List and analysis of State Papers, Foreign Series: Elizabeth I.** Londres: H.M. Stationery Office, 1993. v. 6.

### Bibliografia

ALESSANDRINI, Nunziatella. **Os italianos na Lisboa de 1500 a 1680: das hegemonias florentinas às genovesas.** 2009. Tese (Doutorado em História) — Universidade Aberta, Lisboa, 2009.

ANDREWS, Kenneth R. **Elizabethan privateering: English privateering during the Spanish war (1585–1603).** Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

ARAÚJO, Hugo André Flores Fernandes; QUEIROZ, Camila Acosta; SARTORETTO, Eduardo. **Predação marítima na Idade Moderna: conceitos e perspectivas.** In: BELMAIA, N. A. W. (org.). *Diálogos sobre história antiga, medieval e moderna. Coletânea Diálogos sobre História.* Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2024. p. 410–448.

BENTON, Lauren A. **A search for sovereignty: law and geography in European Empires, 1400–1900.** New York, NY, USA Cambridge Melbourne Madrid Cape Town Singapore São Paulo Delhi Dubai Tokyo: Cambridge University Press, 2010.

BETHENCOURT, Francisco. **Strangers within: the rise and fall of the New Christian trading elite.** Princeton: Princeton University Press, 2024.

BOYAJIAN, James C. **Portuguese trade in Asia under the Habsburgs, 1580–1640.** Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2008.

BREGE, Brian. **Tuscany in the Age of Empire.** Cambridge: Harvard University Press, 2021.

CALZETTA, Luca. **La politica estera di Ferdinando I de' Medici (1587–1609).** 2023. Tese (Doutorado em História) — Scuola Normale Superiore di Pisa, Pisa, 2023. Disponível em: <https://ricerca.sns.it/handle/11384/130002>. Acesso em: 06 fev. 2026.

CECCARELLI, Giovanni. **Risky markets: marine insurance in Renaissance Florence.** Leiden; Boston: Brill, 2021.

CONTINI, Alessandra. Aspects of Medicean diplomacy in the sixteenth century. In: FRIGO, Daniela (Ed.). **Politics and diplomacy in early modern Italy: the structure of diplomatic practice, 1450–1800.** Cambridge Studies in Italian History and Culture. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 2000. p. 49–94.

EBERT, Christopher. **Between empires: Brazilian sugar in the early Atlantic economy, 1550–1630.** Leiden: Brill, 2008.

FRADE, Florbela Veiga. **As relações económicas e sociais das comunidades sefarditas portuguesas: o trato e a família, 1532–1632.** 2006. Tese (Doutorado em História) — Universidade de Lisboa, Lisboa, 2006.

FUSARO, Maria. **Sharing risks, on averages and why they matter**. In: FUSARO, Maria; ADDOBBATI, Andrea; PICCINNO, Luisa (org.). *General average and risk management in medieval and early modern maritime business*. [S.l.]: Springer Nature, 2023. p. 3-31.

GLETE, Jan. **Warfare at sea, 1500–1650: maritime conflicts and the transformation of Europe**. London: Routledge, 2000.

GOLDTHWAITE, Richard A. **Private wealth in Renaissance Florence**. Princeton: Princeton University Press, 2015.

GOUDRIAAN, Elisa. **Florentine patricians and their networks: structures behind the cultural success and the political representation of the Medici court (1600–1660)**. Leiden: Brill, 2017.

HAMMER, Paul E. J. **The polarisation of Elizabethan politics: the political career of Robert Devereux, 2nd Earl of Essex, 1585–1597**. [S.l.]: Cambridge University Press, 1999.

HANNA, Mark G. **Pirate nests and the rise of the British Empire, 1570–1740**. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2015.

LAMAL, Nina. **Italian communication on the revolt in the Low Countries (1566–1648)**. Leiden; Boston: Brill, 2023.

LAZZARINI, Isabella. **Communication and conflict: Italian diplomacy in the early Renaissance, 1350–1520**. Oxford: Oxford University Press, 2015.

LÓPEZ-SALAZAR, Ana Isabel. **The purity of blood privilege for honours and positions**. The Spanish Crown and the Ximenes de Aragão family. *Journal of Levantine Studies*, v. 6, p. 177-201, 2016.

MATEUS, Susana Bastos. “Son diventati miei sudditi”. Cristãos-novos portugueses entre Lisboa e Florença: o caso da família Ximenes de Aragão (sécs. XVI–XVII). In: ALESSANDRINI, N. et al. (org.). **Con gran mare e fortuna: circulação de mercadorias, pessoas e ideias entre Portugal e Itália na Época Moderna**. Lisboa: [s.n.], 2015. P. 177-201.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Gente da nação: cristãos-novos e judeus em Pernambuco, 1542-1654**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana, 1989.

MÜLLER, Leos. **Neutrality in world history**. New York: Routledge, 2019.

NORTH, Douglass Cecil. **Institutions, institutional change and economic performance**. Cambridge; New York; Melbourne: Cambridge University Press, 1993.

NOVOA, James Nelson. **The many lives of two Portuguese conversos: Miguel Fernandes and Rui Teixeira in the Tribunal of the Holy Office in Rome**. *Hispania Judaica Bulletin*, [S.l.], v. 12, 2016. P. 127-184.

OGILVIE, Sheilagh C. **Institutions and European trade: merchant guilds, 1000-1800**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

POHL, Hans. **Die Portugiesen in Antwerpen: (1567-1648): zur Geschichte e. Minderheit**. [S.l.]: Steiner, 1977.

RAMSAY, G. D. **The undoing of the Italian Mercantile Colony in Sixteenth Century London**. In: MANN, J. D. L. (org.). *Textile History and Economic History: Essays in Honour of Miss Julia de Lacy Mann*. [S. l.]: Manchester University Press, 1973.

SICKING, Louis; WIJFFELS, Alain A. Introduction: flotsam and jetsam in the historiography of maritime trade and conflicts. In: SICKING, L.; WIJFFELS, A. A. (org.). **Conflict management in the Mediterranean and the Atlantic, 1000-1800: actors, institutions and strategies of dispute settlement**. Leiden; Boston: Brill, 2020. P. 1-18.

SILVA, João Gabriel Covolan. **The Portuguese community of Pisa and Livorno and the Brazil trade, c. 1591-1621**. *E-Journal of Portuguese History* [S.l.], 2025. P. 281–308.

STRUM, Daniel. **O comércio do açúcar: Brasil, Portugal e Países Baixos (1595-1630)**. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2012.

TAZZARA, Corey. **The free port of Livorno and the transformation of the Mediterranean world, 1574-1790**. 1. ed. Oxford: Oxford University Press, 2017.

TRIVELLATO, Francesca. **Familiaridade entre estranhos: a diáspora sefardita, Livorno e o comércio transcultural na Idade Moderna**. Lisboa: Edições 70, 2020.

VIVO, Filippo de. **Information and communication in Venice: rethinking early modern politics**. Oxford; New York: Oxford University Press, 2007.

VOLPINI, Paola. **Los Medici y España: príncipes, embajadores y agentes en la Edad Moderna**. Madrid: Sílex Ediciones, 2017.

WEE, Herman Van der. **The growth of the Antwerp market and the European economy: fourteenth-sixteenth centuries**. [S.l.]: Springer Science & Business Media, 2013.

WERNHAM, Richard Bruce. **The return of the armadas: the last years of the Elizabethan war against Spain, 1595-1603**. [S.l.]: Clarendon Press; Oxford; New York: Oxford University Press, 1994. WILLIAMSON, Elizabeth R. **Elizabethan diplomacy and epistolary culture**. New York, NY: Routledge, 2021.

WILSON, David; KWAN, C. Nathan; COAKLEY, John. **Introduction**. In: WILSON, David; KWAN, C. Nathan; COAKLEY, John (Org.). *The problem of piracy in the early modern world: maritime predation, empire, and the construction of authority at sea*. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2024.